



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 9 de fevereiro de 2022

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na terça-feira	Euro Comercial, venda na terça-feira	Capital de giro Na terça-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,21% São Paulo	111.696 / 112.234 3/2 / 4/2 / 7/2 / 8/2	R\$ 1.212	R\$ 5,261 (+0,11%)	R\$ 6,004	6,76%	10,79%	Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73

CONJUNTURA / Sem citar explicitamente propostas em debate no Congresso para reduzir impostos sobre combustíveis, ata do Copom mostra preocupação com medidas que podem piorar as contas públicas. E indica que alta de juros deve ir além do previsto

BC alerta para risco inflacionário de PECs

» ROSANA HESSEL

Apesar de não citar explicitamente a PEC dos Combustíveis, o Banco Central fez um alerta sobre os riscos da polêmica proposta de reduzir impostos defendida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores para baratear os preços do diesel e outros produtos. Para o BC, a medida pode ter um efeito danoso para as contas públicas e para a inflação futura, colocando em xeque as regras fiscais sem surtir o efeito esperado para o consumidor.

Na ata da primeira reunião deste ano do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada na semana passada, o BC enfatizou uma maior preocupação com a deterioração fiscal por conta desse tipo de medida, que, na sua avaliação, tem efeito limitado e pode acabar elevando os preços em vez de reduzi-los. “O Comitê nota que mesmo políticas fiscais que tenham efeitos baixistas sobre a inflação no curto prazo podem causar deterioração nos prêmios de risco, aumento das expectativas de inflação e, consequentemente, um efeito alista na inflação prospectiva”, afirma a ata, divulgada ontem.

Há duas PECs dos Combustíveis no Congresso. A equipe econômica aponta que a do Senado, apelidada pelos técnicos do Ministério Economia de “PEC Kamikaze”, que já tem assinaturas que garantem a sua tramitação na Casa, deverá ter impacto fiscal superior a R\$ 100 bilhões. Na Câmara, há outra proposta parecida, com impacto de R\$ 54 bilhões nas estimativas da pasta.

O Copom, na última reunião, decidiu, por unanimidade, elevar em 1,5 ponto percentual a taxa básica da economia (Selic), de 9,25% para 10,75% ao ano, o maior patamar desde maio de 2017. Entre os motivos da decisão — além da piora no cenário fiscal que pressiona os prêmios de risco exigidos pelo mercado

para adquirir títulos públicos —, destacaram-se a persistência inflacionária tanto no Brasil quanto no exterior e as projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que estão acima do teto da meta deste ano, de 5%, mesmo considerando uma Selic de 11,75% no fim do ciclo de alta dos juros.

Apesar de confirmar que pretende reduzir o ritmo de alta da Selic, o Copom informou, na ata, que não pretende mais antecipar a intensidade dos ajustes nas reuniões seguintes, sem sinalizar quando pretende interromper o ciclo de aperto nos juros. Além disso, reforçou que a política monetária será contracionista para a atividade econômica, ou seja, atuará no sentido de frear a economia.

Apostas

Na avaliação de analistas, o BC, sob o comando de Roberto Campos Neto, se mostrou mais “hawkish” na ata do que no comunicado divulgado após a reunião do Copom. Ou seja, com disposição de ser mais agressivo na política monetária. Eles reforçaram as apostas de uma Selic acima de 12% neste ano. “Explicitamente, a ata estende o ciclo de alta da Selic, embora em ritmo mais lento”, destacou José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator. Para ele, o cenário confirma uma Selic de 12,25% no fim do ano, ou acima disso. “A sinalização do Copom foi de que mais altas de juros virão, mas sem especificar o tamanho”, acrescentou.

Para Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, a ata deixou uma janela aberta para novas altas de juros ao longo do ano. “O pessoal ficou muito otimista após o comunicado do Copom, na semana passada, de que o ciclo de aperto monetário pararia com a Selic em 11,75%. Mas a ata mostrou que o BC pode prolongar a alta dos juros acima de 12%”, disse.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Campos Neto, presidente do BC: instituição adotou discurso mais duro, diante da possibilidade de deterioração fiscal

Flávio apoia proposta “kamikaze”

» MICHELLE PORTELLA

Filho “zero um” do presidente Jair Bolsonaro (PL), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) assinou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis, chamada de “kamikaze” por economistas do governo. Enquanto o debate sobre a redução do preço dos combustíveis cresce, a PEC avança: com 30 assinaturas de senadores, três além do mínimo necessário, ela começa a tramitar na Casa.

Proposta pelo senador Carlos Fávaro (PSD-MT), a PEC 01/2022 reduz os tributos incidos sobre diesel, gás de cozinha e energia elétrica. A proposta foi chamada de “PEC Kamikaze” e de “PEC da Irresponsabilidade

Fiscal” porque pode ter um impacto de mais de R\$ 100 bilhões para os cofres da União, segundo cálculos de técnicos do Ministério da Economia. A pasta é contra a medida que, entretanto, tem aval da ala política do governo e do próprio Jair Bolsonaro, de olho na campanha pela reeleição.

“Kamikaze é a política econômica do governo, do ministro Paulo Guedes, que coloca milhares de brasileiros na fila do osso, que coloca 17 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, que faz o brasileiro pagar R\$ 8 por litro de gasolina”, disse Carlos Fávaro em resposta às críticas vindas do governo.

Entre os senadores signatários da matéria, além de Flávio

Bolsonaro, está o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (PL-TO) e outros senadores da base governista, como o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Omar Aziz (PSD-AM), ex-presidente da CPI da Covid-19.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, considera a proposta explosiva porque permite a redução de impostos sem nenhuma medida de compensação, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nos bastidores, congressistas apontam que a assinatura de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em apoio ao texto do senador Carlos Fávaro é mais uma demonstração do isolamento de Paulo Guedes no governo.

Os preços dos combustíveis também são o assunto da vez na Câmara, onde o deputado Christino Áureo (PP-RJ), apresentou outra PEC, com teor semelhante à do Senado. Com as duas PECs e outros dois projetos sob relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN), parlamentares admitem uma tendência de aglutinar ideias dos quatro textos em apenas um. Já estão tramitando Projeto de Lei (PL) 1472/2021, apresentado no Senado, que prevê a criação de um fundo de compensação para equalizar os preços e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, da Câmara, que trata das alíquotas do ICMS. (Colaboraram Raphael Felice e Tainá Andrade)

CORREIO TALKS

Alimentos e meio ambiente em foco

» MARIA EDUARDA ANGELI*

A sustentabilidade pode ser definida como um conjunto de ações que objetivam suprir as necessidades humanas prezando pela saúde do meio ambiente, criando, assim, um cenário mais favorável para as próximas gerações. A partir desse conceito, o Correio Talks vai discutir o tema “Sistemas Alimentares e Desenvolvimento Sustentável”, a partir das 15h30 de hoje. O debate, que poderá ser acompanhado pelas redes sociais do Correio, se faz ainda mais importante em razão do agravamento da fome mundial durante a pandemia, como apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Embora hábitos sustentáveis sejam mais comumente associados

à economia de água e energia e à reciclagem, a forma de comer também desempenha um papel significativo na saúde humana.

O relatório intitulado O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo (Sofi), de 2021, aponta que cerca de 811 milhões de pessoas estavam subalimentadas. Iniciativa combinada da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP); o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida); a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o documento adverte que a situação alimentar global vem piorando desde a década passada. Em 2020, ano de início da

Ed Alves/CB/D.A Press



Pecuária é responsável por boa parte das emissões de metano na atmosfera

explosão de casos de covid-19, as crianças foram as mais afetadas.

Para que um alimento seja considerado sustentável, é importante que todas as etapas que o envolvem — desde a produção até a distribuição — busquem

amenizar os impactos negativos ao meio-ambiente. Carnes e derivados de animais, por exemplo, são grandes emissores de gases de efeito estufa. Só as cabeças de gado brasileiras, que contribuem para que o país seja

um dos gigantes do agronegócio, emitem 71,85% do metano em território nacional, de acordo com dados do Sistema de Estimativa de Emissões de Remoções de Gases de Efeito Estufa. Áreas desmatadas e uso pouco

otimizado de água e energia nos campos, embora estejam sendo transformadas pelas tecnologias 4.0, seguem sendo pontos a serem considerados para a alimentação sustentável.

O Correio Talks terá a participação da professora da UnB e integrante da Academia Brasileira de Ciências, Mercedes Bustamante; os deputados federais Rodrigo Agostinho (PSB-SP) e Marcelo Ramos (PSD-AM); a coordenadora do Programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Janine Giuberti; e Fábio Gomes, da Organização Panamericana da Saúde (Opas).

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo